

RADAR SOCIOAMBIENTAL

Nº 09 Dezembro

Especial Retrospectiva 2016



Conferências e Acordos Ambientais

Kigali, UNEA-2, Acordo de Paris, ICAO, IMO, COP 22 e COP 13



A Atuação dos Bancos Multilaterais

Pacotes de investimentos ambientais



O BRICS e Agenda Ambiental

Cúpula e Encontros Ministeriais



PLATAFORMA
SOCIOAMBIENTAL

Introdução

Em sua 9ª edição, o RADAR Socioambiental realiza uma retrospectiva das principais conferências multilaterais e acordos ambientais firmados no ano de 2016, os pacotes de financiamento aprovados pelos bancos multilaterais de desenvolvimento dos países BRICS e as principais iniciativas lançadas pelo bloco na arena socioambiental.



Conferências e Acordos Ambientais

Kigali, UNEA-2, Acordo de Paris, ICAO, IMO, COP 22 e COP 13

Importantes conferências multilaterais ligadas à temática ambiental tiveram palco no ano de 2016. O início do período foi marcado pelo clima de euforia pós-COP 21, com a expectativa de ratificação do Acordo de Paris pelas Partes da Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (UNFCCC, sigla em inglês). No dia 22 de abril, 175 representantes de Estado reuniram-se em Nova York, nos Estados Unidos, para a cerimônia de [assinatura do acordo](#), que ainda ficará aberto para novas adesões pelo período de um ano.

Embora as Conferências das Partes (COPs) da UNFCCC aconteçam anualmente, a Convenção também conta com conferências intersessionais, em geral realizadas na sede de seu secretariado, em Bonn, na Alemanha. Em 2016, entre os dias 16 e 26 de maio foram realizadas a 44ª reunião do *Subsidiary Body for Scientific and Technological Advice* (SBSTA) e a 44ª reunião do *Subsidiary Body for Implementation* (SBI), órgãos subsidiários da Convenção de clima. Em Bonn também foi realizado o primeiro encontro do grupo de trabalho *ad-hoc*, o APA, criado após a assinatura do Acordo de Paris, como preparação para a COP 22, que ocorreu no Marrocos no final de 2016.

Outra importante reunião que aconteceu ainda no primeiro semestre do ano foi a segunda sessão da Assembleia Ambiental das Nações Unidas (UNEA-2, sigla em inglês). Realizada em Nairobi, no Quênia, entre os dias 23 e 27 de maio, a UNEA-2 teve como tema central a Agenda 2030 e deu origem à [25](#)

[resoluções](#) sobre os mais variados temas. Entre essas, destaca-se a resolução que versa sobre o comprometimento do PNUMA para com a implementação integral da Agenda 2030 por meio do estabelecimento de uma agenda global ambiental, do fornecimento de orientações políticas e de *policy responses* direcionadas a desafios ambientais contemporâneos. Outra resolução relevante produzida pelos participantes do foro incitou todas as partes a assinar e a ratificar o Acordo de Paris o mais rápido possível¹.

O segundo semestre do ano também foi marcado por um momento significativo no que diz respeito aos esforços multilaterais de mitigação das mudanças climáticas. No período entre 27 de setembro e 6 de outubro, ocorreu em Montreal a 39ª Assembleia da Organização de Aviação Civil Internacional (ICAO, sigla em inglês). O foro trianual - que contou com a participação de 2.200 delegados representantes de Estados membros e não membros, além de países observadores - resultou na criação de uma resolução que estabelece o *Global Market Based Measure* (GMBM), mecanismo que estabelece metas de redução e controle de emissões de CO2 oriundas de voos internacionais e mecanismos de compensação de emissões, os chamados *offsets*. Apesar das controvérsias que envolvem a efetividade dos mecanismos de mercado no que diz respeito ao corte de emissões, o acordo – cuja fase piloto irá de 2021 a 2026 – foi considerado histórico pelo Presidente do Conselho da ICAO, Olumuyiwa Benard Aliu, que chegou a afirmar que o regime da aviação vive, atualmente, um momento similar ao alcançado pelo regime climático em Paris.

Entre os dias 8 e 14 de outubro aconteceu em Kigali, Ruanda, o 28º Encontro das Partes (MOP 28) do Protocolo de Montreal sobre Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio. O encontro teve como objetivo central realizar revisões no Protocolo de Montreal, instrumento da Convenção de Viena para a Proteção da Camada de Ozônio. O encontro contou com a participação de representantes de mais de 150 países e culminou no Acordo de Kigali, que recebeu grande atenção da mídia e da comunidade internacional e será incluído no âmbito do Protocolo de Montreal. O [acordo prevê](#) a redução de gases

¹Para saber mais sobre a UNEA-2, acesse a terceira edição do Radar Socioambiental: <https://goo.gl/67hqMc>

hidrofluorcarbonetos (HCFC), presentes em geladeiras e aparelhos de ar-condicionado, e foi adotado de forma unânime por todas as Partes do Protocolo de Montreal. O Protocolo, que entrou em vigor em 1989, já foi submetido a oito revisões, sendo a de Kigali a mais recente². Se ratificado por ao menos 20 Partes, o Acordo de Kigali [entrará em vigor](#) no dia 1º de janeiro de 2019, caso contrário, só entrará em vigor 90 dias após atingir 20 ratificações.

Ainda em outubro, ocorreu a reunião do Comitê de Proteção ao Ambiente Marítimo da Organização Internacional Marítima (IMO, sigla em inglês), que teve como objetivo debater medidas e prazos no que concerne à redução da emissão de poluentes, especialmente o enxofre, advindas desse setor. Em 2008, já havia sido aprovada a redução das emissões globais de enxofre pelos membros da organização, assim, nessa última reunião definiu-se que os cortes devem ter início já em 2020 – e não em 2025 como defendido por representantes de refinarias e de alguns setores da indústria de transportes. Espera-se que os cortes tenham efeitos positivos na saúde das populações costeiras, particularmente as dos países em desenvolvimento, reduzindo os riscos de mortes prematuras em decorrência da inalação de vapores tóxicos³.

Já a ratificação do Acordo de Paris foi o assunto mais comentado na seara ambiental internacional em 2016. Para entrar em vigor, era necessária a ratificação de, ao menos, 55 Partes, correspondentes a 55% das emissões globais. Acontecimentos como a [ratificação conjunta](#) dos Estados Unidos e da China - os dois maiores emissores de gases do efeito estufa do mundo - às vésperas da Cúpula do G20 marcaram o ano, à medida que esse foi visto como um prenúncio de sucesso do novo instrumento vinculante da UNFCCC.

Além da China, as conclusões do processo de ratificação de outros países BRICS também receberam destaque. Por constituírem-se como países emergentes, que contribuem de forma significativa para as emissões globais de gases do efeito estufa (GEE), os membros do BRICS desfrutaram de inegável

² O Protocolo de Montreal sobre Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio foi lançado em 1987 pelas partes da Convenção de Viena para Proteção da Camada de Ozônio. Vale destacar que, na época, o Protocolo baniu a utilização de gases de clorofluorocarboneto (CFC) tendo em vista seus impactos na camada de ozônio, todavia, a substituição desse conjunto de gases pelo hidrofluorocarboneto (HFC) no processo produtivo de alguns eletrodomésticos acabou por agravar o aquecimento global, à medida que as moléculas de HFC possuem alta capacidade de absorver calor.

importância no panorama climático global. O governo brasileiro ratificou Paris logo em seguida à Cúpula do G20, apenas uma semana após a declaração da China e dos EUA, enquanto a Índia, terceiro maior emissor global de GEE, concluiu seu processo de ratificação no dia 2 de outubro, data de aniversário de Mahatma Gandhi. A [África do Sul](#), o país de menor nível de emissões dentre os membros do bloco, ratificou Paris no início de novembro, tornando a Rússia o único país BRICS que ainda não concluiu seu processo de ratificação doméstica.

Antes mesmo da ratificação da África do Sul, a [União Europeia](#) (UE), que participa da UNFCCC como bloco e vive um momento de incerteza em virtude do BREXIT, ratificou o Acordo em 5 de outubro, após a aprovação do Parlamento Europeu. Com a ratificação da UE, que totaliza cerca de 12% das emissões globais, as exigências para o Acordo entrar em vigor foram preenchidas. Tendo em vista as prerrogativas de Paris, o Acordo entrou em vigor oficialmente no dia 4 de novembro de 2016, um mês após a ratificação do bloco.

Apenas alguns dias depois, deu-se início à 22ª Conferência das Partes (COP 22), que ocorreu no período entre 7 e 18 de novembro em Marrakesh, no Marrocos. No entanto, o entusiasmo decorrente da ratificação de Paris foi logo substituído por uma atmosfera de incertezas em virtude da recente eleição de Donald Trump – que demonstrou ceticismo em suas declarações sobre o aquecimento global – para a presidência dos EUA. O objetivo principal da COP 22 era iniciar o processo de regulamentação para a implementação do Acordo de Paris, no entanto, a Conferência foi encerrada com muitos desafios a serem superados para garantir a efetividade e eficácia do regime internacional do clima.⁴

Já no início de dezembro, entre os dias 4 e 17, aconteceu a 13ª Conferência das Partes (COP) da Convenção de Diversidade Biológica (CDB) e de seus protocolos, em Cancun, no México. O evento contou com a presença de mais de 100 ministros de Estado e 10 mil representantes de setores públicos, privados, da sociedade civil organizada, de populações indígenas e tradicionais. Os principais temas debatidos foram a implementação do Protocolo de Nagoia sobre Acesso a Recursos Genéticos e Repartição Justa e Equitativa dos

⁴Para saber mais sobre a COP22, acesse a 8ª edição do Radar Socioambiental: <https://goo.gl/QVCpA3>

Benefícios Derivados de sua Utilização⁵, a evolução do Plano Estratégico para a Biodiversidade 2011-2020, as [Metas de Aichi](#), que consistem em um conjunto de objetivos que visam a redução da perda da biodiversidade em nível global e que precisam ser alcançadas até o final do século XXI. Além destes, também se reuniu na MOP 8 (em paralelo a COP 13), as Partes do Protocolo de Cartagena sobre Biossegurança, dedicado à análise dos potenciais riscos causados pela transferência, manipulação e uso de organismos vivos modificados (OVMs) pela biotecnologia moderna.

A Atuação dos Bancos Multilaterais

Pacotes de investimento ambientais

O ano de 2016 foi marcado por anúncios de novas linhas de crédito do setor público e privado no que diz respeito ao setor de energia e ao financiamento climático. Destacam-se entre os bancos multilaterais envolvidos em tais iniciativas, o Novo Banco de Desenvolvimento (NDB, sigla em inglês), também conhecido como Banco dos BRICS, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e o Banco Asiático de Investimento para Infraestrutura (AIIB, sigla em inglês).

O Primeiro Encontro Anual do NDB ocorreu nos dias 20 e 21 de julho em Shanghai, na China. Na ocasião, foi aprovado o seu primeiro pacote de empréstimos, no valor de US\$ 911 milhões. A primeira parcela do financiamento - que abarca quatro projetos de energia renovável direcionados ao Brasil, à Índia, à China e à África do Sul - totaliza US\$ 811 milhões, tendo sido aprovada ainda em abril, durante o encontro do Conselho de Governadores do NDB, que ocorreu em Washington, às margens dos foros do Banco Mundial (BM) e do Fundo Monetário Internacional (FMI). Já os US\$ 100 milhões restantes foram aprovados na ocasião do encontro e foram direcionados à Rússia para a construção de duas pequenas hidroelétricas na região da Carélia.⁶

Já no final de novembro, o NDB anunciou a aprovação de mais duas linhas de crédito. O primeiro consiste em um [projeto de energia eólica](#) na

⁵ Vale destacar que, entre os países BRICS, apenas Índia e China ratificaram o Protocolo de Nagoia.

⁶Para saber mais do Primeiro Encontro Anual do Novo Banco de Desenvolvimento, acesse a quarta edição do Radar Socioambiental: <https://goo.gl/FoiP7j>

província chinesa de Fujian, no valor de US\$ 350 milhões. O segundo projeto aprovado, denominado *Madhya Pradesh Major District Roads Projects*, totalizou US\$ 350 milhões e tem como objetivo a manutenção de aproximadamente 1,5 mil km de estradas na Índia. Ainda em 2016, foi assinado um acordo de empréstimo entre o NDB e o governo chinês para a provisão de cerca de US\$ 76 milhões de dólares para um [projeto de energia solar](#) na Área Industrial de Lingang.

O NDB não se configura, todavia, como o único banco multilateral de desenvolvimento cuja atuação volta-se ao setor de energia e que traz a questão ambiental como um de seus eixos de atuação - ainda que precise apontar com muito mais clareza o desenvolvimento sustentável a que se refere. Assim como o NDB, o AIIB lançou em 2016 o seu [Environmental and Social Framework](#). O documento - que serve de guia para mensurar os impactos sociais e ambientais dos empreendimentos do banco - possui como objetivos endereçar os riscos sociais e ambientais dos projetos financiados, garantir a sustentabilidade e a responsabilidade social de suas políticas, prover um *framework* para consulta pública e facilitar a cooperação nos setores social e ambiental. Nesse mesmo sentido, o AIIB lançou, em outubro, uma consulta pública com vistas a receber *inputs* e comentários de atores governamentais, empresas privadas e organizações não governamentais sobre suas estratégias na área energética.

O BNDES também se destacou por suas iniciativas na área de financiamento energético. No dia 3 de outubro de 2016, a instituição brasileira anunciou as novas diretrizes de sua [política de financiamento](#) voltada ao setor. O banco irá aumentar a participação em projetos de energia solar e reduzir o teto de financiamento em taxa de juros de longo prazo (TJLP) para projetos de hidrelétricas. A nova política lançada pelo banco extingue, ainda, qualquer tipo de apoio às usinas termelétricas com base em óleo combustível e carvão mineral.

Por fim, em outubro de 2016, os representantes de diversos bancos multilaterais⁷ - entre esses Banco dos BRICS, AIIB, Banco Asiático de Desenvolvimento, Banco Europeu para Reconstrução e Desenvolvimento, Banco Africano de Desenvolvimento e Banco Islâmico de Desenvolvimento -

⁷ O Comunicado Conjunto foi assinado também pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), o BM e o FMI.

lançaram um [Comunicado Conjunto](#) reforçando seu comprometimento para com a Agenda 2030. O documento sublinhou o engajamento dos bancos multilaterais de desenvolvimento com o Acordo de Paris e destacou o papel dessas instituições na implementação das Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDCs, sigla em inglês) e no fortalecimento das capacidades de adaptação nacionais frente às mudanças climáticas.

O BRICS na Arena Ambiental

Cúpula e Encontros Ministeriais

Essa seção sintetiza as principais iniciativas lançadas pelos países BRICS na arena ambiental, no ano de 2016. Além da 8ª Cúpula dos BRICS, realizada em outubro, também ocorreram diversos encontros ministeriais em áreas como meio ambiente, agricultura, educação. Esses encontros antecederam a Cúpula de alto nível e foram realizados em diferentes localidades da Índia, país que ocupou a presidência do bloco em 2016.

O 2º Encontro dos Ministros de Meio Ambiente dos países BRICS aconteceu nos dias 15 e 16 de setembro em Goa e teve como principal escopo o fortalecimento da cooperação mútua no que diz respeito à agenda ambiental. O evento resultou em uma [Declaração Conjunta](#), que inaugurou um Grupo de Trabalho voltado às questões sobre meio ambiente, e na assinatura de um Memorando de Entendimento, criando, assim, as bases para o aprofundamento da cooperação ambiental entre os cinco países. Na ocasião, os Ministros de Meio Ambiente dos BRICS também concordaram em estender seus vínculos cooperativos, de modo a abarcar temas como poluição atmosférica e hídrica, mudanças climáticas e gestão eficiente de resíduos. Em Goa, foi lançada, ainda, uma plataforma digital dos BRICS com vistas a facilitar o compartilhamento das chamadas tecnologias verdes entre seus membros.

Poucos dias após o encontro ministerial sobre meio ambiente, ocorreu o 6º Encontro dos Ministros de Agricultura dos BRICS. O foro também resultou em uma [Declaração Conjunta](#) que, entre outros pontos, anuncia a criação de uma plataforma virtual de pesquisa agrícola dos BRICS (BRICS-ARP, sigla em inglês), por meio da qual os cinco países deverão cooperar nas áreas de pesquisa e desenvolvimento agrícola, transferência de tecnologia,

desenvolvimento de capacidades e compartilhamento de informações em áreas como comércio de produtos agrícolas, biossegurança e resiliência. Segundo notícia publicada no [Russia&India Report](#), os Ministros de Agricultura planejam, também, assinar um Memorando de Entendimento para estabelecer um centro de pesquisa dedicado ao tema, no período entre 2016 e 2021.

Ainda no final de setembro, ocorreu o 4º Encontro dos Ministros de Educação dos BRICS. Entre os pontos abordados pela [Declaração de Nova Délhi sobre Educação](#), lançada durante o evento, destacam-se o comprometimento para com a realização de conferências anuais da Universidade em Rede do BRICS, a facilitação da mobilidade de estudantes e pesquisadores, além do encorajamento ao intercâmbio de docentes. A declaração sinaliza, ademais, o interesse de Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul em incentivar a participação de universidades na Liga Universitária dos BRICS, uma rede de universitária estabelecida entre os membros do bloco em abril, na Rússia.

Por fim, a 8ª Cúpula dos BRICS, que sucedeu os encontros ministeriais supracitados, resultou na assinatura de um Plano de Ação, de três Memorandos de Entendimento e da [Declaração de Goa](#). Essa última conclama os países desenvolvidos a direcionarem 0,7% de seu Produto Interno Bruto (PIB) para a Assistência Oficial ao Desenvolvimento, de modo a tornar possível a concretização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). A Declaração, composta por 110 parágrafos, mostra-se bastante abrangente, abarcando temas como desenvolvimento sustentável, combate à pobreza e reforma dos mecanismos de governança global⁸.

Considerações Finais

O ano de 2016 configurou-se como um período de acontecimentos políticos, econômicos e ambientais marcantes, tanto na esfera doméstica quanto internacional. Além da ratificação do Acordo de Paris em tempo recorde – antes mesmo que muitos países ratificassem o segundo período de compromissos de

⁸ Para saber mais sobre a 8ª Cúpula dos BRICS, acesse a sétima versão do Radar Socioambiental pelo link: <https://goo.gl/1UXHAj>

Quioto -, do fortalecimento do Protocolo de Montreal e da realização de duas das principais convenções ambientais internacionais, a temática ambiental mostrou-se também onipresente em foros multilaterais de relevo como o G20 e a Cúpula dos BRICS. Tendo em vista os pacotes recentemente aprovados e as novas políticas de financiamento ambiental, os bancos multilaterais de desenvolvimento também se mostraram como atores importantes na governança global ambiental.

À primeira vista, ainda que o tema tenha tido relevância em 2016, muitos desafios e obstáculos estão no caminho para que o regime internacional do clima e de biodiversidade se tornem realmente efetivos e para que as metas socioambientais da Agenda 2030 sejam alcançadas. A posse de Donald Trump como novo presidente dos EUA aponta mais um desafio e poderá ter implicações ambientais profundas, caso o país venha a não cumprir com os compromissos assumidos pelo seu antecessor, além de criar um ambiente de desconfiança na sustentabilidade do regime climático. No mais, esse novo acontecimento também poderá surtir efeitos nocivos sobre questões como migração e refúgio, igualdade de gênero e direitos LGBT, à medida que, como grande potência, os EUA ainda gozam de inegável influência nos principais mecanismos de governança global.

Enquanto 2016 foi um ano de negociações e expectativas de consenso, espera-se que 2017 seja um ano de ação. Resta saber se essas ações contribuirão de forma positiva ou negativa para a concretização de objetivos prementes como a preservação de um meio ambiente saudável e a garantia de justiça socioambiental.

Fontes

ASIAN INFRASTRUCTURE INVESTMENT BANK. AIIB Launches First Stage of Energy Strategy Public Consultation. (30/12/2016) <http://bit.ly/2jXO5nH>

ASIAN INFRASTRUCTURE INVESTMENT BANK. Environmental and Social Framework. (18/12/2016). <https://goo.gl/qzpQud>

BLOOMBERG. European Union Ratifies Global Climate Deal. (10/12/2016). <https://goo.gl/GrX4WJ>

BRICS POLICY CENTER. RADAR Socioambiental n. 3. (10/12/2016) <https://goo.gl/67hqMc>

BRICS POLICY CENTER. RADAR Socioambiental n. 4. (10/12/2016) <https://goo.gl/FoiP7j>

CONVENTION ON BIOLOGICAL DIVERSITY. Aichi Biodiversity Targets. (15/01/2017). <https://goo.gl/Ey4Ejb>

DEA SOUTH AFRICA. South Africa joins Nations of the World in ratifying the Paris Agreement on Climate Change. (12/01/2017) <https://goo.gl/gSoaqm>

EUROPEAN COMMISSION. Press Release Database. (15/12/2016) <http://bit.ly/2cXbluJ>

FOLHA DE S. PAULO. BNDES eleva crédito a energia solar e reduz apoio a hidrelétricas e térmicas. (10/12/2016). <https://goo.gl/mySC22>

HEINRICH BOLL STIFTUNG BRASIL. Informe Bonn – Negociações preparatórias COP21. (16/12/2016) <https://goo.gl/rVp6hM>

HEINRICH BOLL STIFTUNG BRASIL. Negociações do Acordo de Paris rumo a COP22: começa a conferência de Bonn. (15/12/2016) <https://goo.gl/y6fIO5>

ICAO. ICAO Assembly achieves historic consensus on sustainable future for global civil aviation. (30/12/2016) <http://bit.ly/2d6PtRy>

NEW DEVELOPMENT BANK. BRICS bank grants USD 350 million loan for MP Road Project. (23/12/2016). <https://goo.gl/nLSzTy>

NEW DEVELOPMENT BANK. NDB signs first loan agreement for financing Shanghai Lingang distributed solar power project. (10/12/2016). <https://goo.gl/1RNSbp>

PORTAL BRASIL. Brasil vai defender biodiversidade e setor produtivo na COP 13. (10/01/2017). <https://goo.gl/cVJ8Sw>

TRANSPORT & ENVIRONMENT. IMO decision confirming 2020 date to cut ship sulphur emissions applauded by NGOs. (26/12/2016) <http://bit.ly/2krWfVT>

UN MULTIMEDIA. Icao: medida "histórica" para controlar a emissão de CO2 da aviação. (26/12/2016) <http://bit.ly/2kRKLsO>

UNEP. List of Resolutions adopted at UNEA-2. (10/12/2016) <https://goo.gl/JbwzKN>

UNEP. What's next for Kigali deal to curb potent greenhouse gases? (20/12/2016) <https://goo.gl/xyQPjp>

UNITED NATIONS. List of Parties that signed the Paris Agreement on 22 April. (20/12/2016). <https://goo.gl/NGVepf>

UOL. Gás que esfria a sua geladeira deixa nosso planeta cada vez mais quente. (05/12/2016). <http://bit.ly/2jX0FTY>

WORLD RESOURCES INSTITUTE. Asian Infrastructure Investment Bank releases new environmental and social standards. How do they stack up? (20/12/2016). <https://goo.gl/clx18X>

Radar Socioambiental

O Radar Socioambiental é uma publicação mensal com foco em notícias ambientais relacionadas aos cinco países do bloco BRICS. A cada mês um tema é escolhido e notícias sobre o assunto serão publicadas.

Website: <http://bricspolicycenter.org/plataformasocioambiental>

E-mail: plataformasocioambiental@bricspolicycenter.org

Elaboração

Beatriz Mattos e Júlia Rosa

Equipe Plataforma Socioambiental

Coordenação

Paulo Esteves

Pesquisadora

Maureen Santos

Pesquisadora Assistente

Beatriz Mattos

Consultoria GIP

Alice Amorim

Iniciação Científica

Júlia Rosa

Realização



Instituto
de Relações
Internacionais

Parceria



Apoio



Rua Dona Mariana, 63 – Botafogo – Rio de Janeiro / RJ

Telefone: (21) 2535-0447 | CEP/ZIP CODE: 22280-020

www.bricspolicycenter.org | bpc@bricspolicycenter.org